



## CARTA ABERTA

presidente@anem.pt

www.anem.pt

## CARTA ABERTA AO EXMO. SR. MINISTRO DA SAÚDE

Exmo. Sr. Ministro,  
Dr. Paulo Macedo,

Os estudantes de medicina reconhecem o desafio imposto ao Sistema de Saúde não só pelas condicionantes económicas atuais, mas sobretudo por todas as alterações trazidas pelas evoluções sociais, demográficas e dos cuidados de saúde.

A prestação de cuidados de saúde deve ser adaptada de forma a responder cada vez melhor à maior exigência dos cidadãos, cada vez mais informados pelas novas tecnologias, à sua nova distribuição geográfica, com maior concentração nos centros urbanos e com maior isolamento social no interior, e ao padrão de envelhecimento da população.

Por outro lado, esta evolução demográfica juntamente com a aquisição de comportamentos e estilos de vida inadequados, acentuou a crescente prevalência de doenças crónicas na população portuguesa, realçando a importância de uma abordagem holística e integrada da Saúde e reforçando **a importância dos jovens como parceiros na promoção de uma vida saudável**. A ANEM desenvolve atividades nestas áreas e expressa a vontade dos estudantes de Medicina em contribuir para a sociedade durante o seu processo formativo.

Todas estas condicionantes criam grandes pressões sobre o sistema e obrigam à revisão das políticas de saúde.

Estando cientes da realidade, os estudantes de medicina manifestam-se preocupados com a atual situação e pretendem

ser ativos na identificação de soluções que protejam a qualidade dos cuidados de saúde e a sustentabilidade do sistema, contribuindo para a promoção da saúde dos portugueses.

Acreditamos que a **formação e educação médica são instrumentos que garantem a Qualidade do sistema de Saúde** e como tal merecem uma atenção e investimentos adequados às necessidades do País. Cabe ao Estado, em particular aos **Ministérios da Saúde e do Ensino Superior uma articulação que promova políticas integradas de formação médica que salvaguardem a qualidade do exercício médico e as oportunidades de diferenciação**, respondendo às necessidades dos utentes do SNS.

No entanto, verificamos que a realidade do ensino da medicina se tem alterado de formas que não respeitam, necessariamente, a qualidade da formação. Assistimos, durante a última década a um aumento desmesurado das vagas nos cursos de Medicina descurando a qualidade da formação e as necessidades do País.

O atual número de alunos nas Escolas Médicas constitui um grande obstáculo à formação médica de qualidade. Cremos que o manifesto aumento do *numerus clausus* tem sido preconizado por motivos políticos, superando em larga medida as capacidades formativas das Escolas. Isto reflete-se na deterioração das condições pedagógicas e de ensino clínico, com o inevitável desconforto por parte dos doentes envolvidos.

Por outro lado, é essencial garantir o acesso ao internato médico a todos os jovens estudantes de Medicina. O internato médico é componente essencial da formação médica e assegura o exercício da Medicina de uma forma especializada. Acreditamos que o fim da Medicina indiferenciada, de acordo com a prática europeia, contribuiu em muito para a evolução favorável dos

indicadores de Saúde e não deve ser posto em causa pela atual revisão.

A revisão do regime do internato médico que surge neste contexto de reorganização do sistema preocupa-nos seriamente pela possibilidade de se prejudicar a Qualidade da Saúde com base em razões financeiras. A existência deste período de formação, com um ano comum e formação específica não é questionável. O ano comum é um período crucial de consolidação de conhecimentos e aptidões e de preparação para a formação específica, que contribui para a obtenção de uma formação mais consistente e mais responsável, sendo essencial a sua manutenção.

Ao investimento e aperfeiçoamento da formação médica corresponde, diretamente, uma melhoria na prestação de cuidados aos utentes. **A formação não deve ser encarada como uma rubrica para redução de despesa, mas como uma área de rentabilização e de suporte da qualidade da Saúde a longo prazo.**

Como tal, o investimento na formação de jovens médicos deve ser feito de forma racional e equilibrada para os recursos do país, **sem nunca prejudicar a sua qualidade.** A deterioração da qualidade dos cuidados de saúde resultará, como será de esperar, numa população mais doente, tornando-se absentista e pouco produtiva com agravamento dos custos e dos indicadores de Saúde.

Assim, considerada a importância da formação médica para a Saúde de Portugal, **a ANEM apela a um envolvimento do Ministério da Saúde em todo o processo formativo, reforçando a unicidade e complementariedade entre internato médico e os cursos de Medicina.** Acreditamos que o capital humano dos estudantes de medicina deve ser cada vez mais valorizado e integrado nas políticas de promoção da Saúde.

Lisboa, 14 de abril de 2012

P'la Associação Nacional de Estudantes de Medicina,



**Manuel Rocha Abecasis**

Presidente da Direção